Quilombo de Palmares: *maior que Zumbi*

nossa História

Ano 3 / nº 25 R$ 7,80
novembro 2005

Fronteiras do Brasil

Como o país conquistou seu território
As estratégias do barão do Rio Branco
Acre: um estado comprado

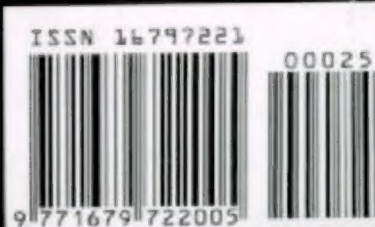
Intentona Comunista
Um levante à revelia do PC

Emboabas
Sangue no nascimento de Minas Gerais

E mais:

Entrevista: Hermano Vianna
Início da série *Presidentes da Primeira República*

EDITORA Vera Cruz

ISSN 16797221

O legado do Rio Branco

Fronteiras do Brasil

Rio Branco em sua biblioteca na Villa Molitor, em Paris, por volta de 1896. Grande figura nacional, o barão era um homem solitário: passava noites em claro trabalhando a serviço do Brasil, em mesas repletas de papéis que ninguém tinha permissão de arrumar

Unir um território de dimensões continentais a partir de uma estrutura colonial dispersa foi um dos mais notáveis feitos do Império brasileiro, tendo como resultado a formação de um país que, no século XIX, já tinha 68% de sua área atual. E os 32% restantes? De que forma o Brasil ganhou os contornos pelos quais é conhecido hoje? A resposta para essas perguntas passa por um homem: José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como o barão do Rio Branco, um nome que se confunde com a própria diplomacia brasileira. À frente das negociações de tratados que garantiram ao Brasil territórios como o Acre – cuja capital, Rio Branco, recebeu o nome em sua homenagem –, o barão era uma figura ao mesmo tempo conservadora e surpreendente. Mantendo o título de nobreza do Império, deu à República algumas de suas mais expressivas vitórias diplomáticas. Fidalgo que circulava pela sociedade como solteirão, era casado com uma atriz belga com quem teve cinco filhos. Descubra nas próximas páginas mais sobre essa personalidade fascinante e sobre as batalhas diplomáticas (e eventualmente militares) que o Brasil travou para consolidar seus impressionantes 8.511.965 quilômetros quadrados.

Demétrio Magnoli

Uma ilha chamada Brasil

Ao contrário do que dizem os livros didáticos, os contornos políticos do Brasil foram consolidados durante o Império, com base num mito territorial, e não no período colonial

A geografia e a cartografia desempenham funções cruciais na narrativa da unidade nacional. A nação contemporânea depende de um corpo territorial, e tem no mapa um dos seus símbolos mais importantes. Mas qual é a origem do "seu" território? Aqui, a natureza corre em socorro da História, através da doutrina das fronteiras naturais.

As fronteiras políticas não são, nunca, naturais. Mesmo quando a linha de fronteira se apóia sobre o curso de um rio ou a crista de uma cordilheira, a sua definição é um ato político. Contudo, a doutrina das fronteiras naturais, que emergiu do Direito e da Geografia, no século XVIII, se baseava na noção de que as nações estavam predestinadas a ocupar determinado território, circundado por "fronteiras naturais". O geógrafo alemão Karl Ritter (1779-1859), em particular, sob a influência de Alexandre von Humboldt (1769-1859), concebeu a Terra como um organismo vivo, no qual estaria materializada a vontade divina. A morfologia do relevo e o curso dos rios obedeceriam a tal princípio, e à ciência geográfica corresponderia a tarefa de compreender a obra do Criador, por meio da razão. Segundo essa concepção, as fronteiras existiriam antes da sua efetiva definição e delimitação. Caberia aos homens "descobri-las" na trama da natureza.

A doutrina das fronteiras naturais funcionou como chave organizadora da narrativa de construção do território nacional brasileiro. Obra coletiva da elite imperial, essa narrativa foi um olhar romântico dirigido para o passado colonial. Uma idéia inspirou tal concepção – a da Ilha Brasil, definida geograficamente pelos cursos dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale

Na charge de Angelo Agostini, o presidente americano, Grover Cleveland, encena o drama bíblico do rei Salomão, para satirizar a polêmica definição dos limites dos territórios ao sul do país: a divisão de uma criança (o território das missões), entre a boa mãe (o Brasil), que rejeita a solução e, a má (a Argentina), que se conforma com a sua metade

drenado pelos afluentes do Amazonas. Tal narrativa, inspirada nos relatos dos viajantes, funcionou como mito de origem da nação. O Brasil, por ela, seria uma unidade natural, herdada pela colonização portuguesa e consagrada pela Independência.

A mais completa figuração do mito da Ilha Brasil aparece num ensaio do explorador português Jaime Batalha Reis (1847-1935), publicado no jornal *O Comércio do Porto*, em 14 de janeiro de 1896. O mapa que acompanhava o ensaio é uma representação do "território natural" brasileiro, que abrangeria, nas suas palavras, "uma grande massa de terras altas" no oriente da América do Sul e, ainda, "uma funda depressão", um largo canal, mais ou menos coberto pelas "águas correntes, alagado de copiosas chuvas" que rodeia e delimita a "ilha continental". Batalha Reis não foi um inventor. Ele sintetizou a narrativa que era elaborada pelas elites do Império do Brasil, fornecendo-lhe uma roupagem "científica" diretamente inspirada na geografia de Ritter. A "funda depressão", cujos limites exteriores seriam as "fronteiras naturais" do Brasil, deriva da seleção privilegiada da cota de duzentos metros para definir as cotas de altitude usadas no mapa. O pressuposto do mito é uma suposta unidade colonial brasileira, que até hoje se manifesta no uso corriqueiro da expressão "Brasil-Colônia", como se tivesse havido, efetivamente, uma entidade política unificada na América portuguesa.

Jamais existiu, contudo, uma unidade política colonial. A América portuguesa, submetida como um todo à soberania da Coroa, foi fragmentada em diferentes colônias. Os contornos políticos desses territórios flutuaram ao longo do tempo, em função das estratégias de administração adotadas em Lisboa. A *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), escrita em fase embrionária da construção do mito territorial nacional, revela que a noção de uma unidade colonial não tinha ainda se desenvolvido na metade do século XIX. "Mais tarde a denominação de Brasil veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual Império brasileiro, hoje em dia um dos Estados de maior extensão do globo", afirma.

Isso contrasta com os "mapas de povoamento" dos livros didáticos e mostra como são completamente anacrônicos. Neles, o território colonial português aparece emoldurado pelas fronteiras nacionais brasileiras e vai sendo progressivamente "ocupado" pela marcha da interiorização, as entradas e bandeiras, a expansão das áreas de criação de gado e mineração, a fundação de povoados e vilas. Assim, os brasileiros tomam posse do Brasil!

Mapa da América do Sul, localizando a "grande ilha brasileira": uma terra alta, cercada por rios e pelo Oceano Atlântico. O mito da Ilha Brasil, surgiu no final do século XIX e pressupunha que a unidade do território nacional, provinha dos tempos da colonização

Um novo passo teria sido dado com o Tratado de Madri. Firmado entre Portugal e Espanha em 1750, foi apropriado pela narrativa histórica da elite imperial, que lhe conferiu um sentido completamente diverso do seu significado original: o acerto de limites coloniais tornou-se marco de fundação do território brasileiro. O Tratado de Madri foi anulado e modificado pelos tratados de El Pardo, de 1761, e Santo Ildefonso, de 1777 e depois em grande parte restabelecido pelo Tratado de Badajós, de 1801. Contudo, ainda hoje aprendemos na escola que o "corpo da pátria" ganhou uma certidão de batismo no ano de 1750.

Como produto do mito de origem da nação e do território, firmou-se a crença de que as fronteiras do Brasil foram, na sua maior parte, delimitadas na época colonial. Essa crença é falsa. Do total de 15,7 mil quilômetros de seção terrestre de fronteiras brasileiras, apenas 17% têm origem colonial. O Império foi responsável pela fixação de pouco mais de metade da extensão total. A "era de Rio Branco", no início do período republicano, delimitou 32% das fronteiras terrestres.

A obra imperial de limites combinou a força do argumento ao argumento da força, mas obedeceu a concepção geral das "fronteiras naturais" contida no mito da Ilha Brasil, e manipulou habilmente a noção do *uti*

Os tratados e seus limites

Tratado de Bogotá

4 de abril de 1907

Por este tratado foram fixados os limites entre o Brasil e a Colômbia no trecho compreendido entre a Pedra do Cucuí, no rio Negro, e a desembocadura do rio Apapóris, na margem esquerda do rio Japurá ou Caquetá.

Tratado de Utrecht

11 de abril de 1713

Resultante da Guerra de Sucessão Espanhola, em que Portugal lutou ao lado da Inglaterra contra França e Espanha, definia os limites entre os territórios lusitanos e a Guiana Francesa. A França reconhecia a soberania portuguesa sobre as terras entre os rios Amazonas e Oiapoque (Japoc). Em 1715, a Espanha restituiu a Portugal a Colônia do Sacramento.

Tratado de Ayacucho

27 de março de 1867

Firmado entre Brasil e Bolívia, demarcava a fronteira entre os dois países na confluência dos rios Beni e Mamoré. Entretanto, gerou o problema de o Acre pertencer ou não ao Brasil, pois as terras entre os rios Madeira e Javari (em solo brasileiro) passariam à Bolívia.

Tratado de Petrópolis

17 de novembro de 1903

Ratificou a incorporação do Acre ao Brasil.

Outros Tratados

Protocolo Brasil-Venezuela

9 de dezembro de 1905

O protocolo objetivava aprovar os trabalhos das comissões mistas Brasil-Venezuela para a definição das fronteiras entre os dois países.

Tratado de Limites Brasil-Países Baixos

5 de maio de 1906

Demarcou a fronteira entre Brasil e Suriname, colônia holandesa até 1975.

Tratado do Rio de Janeiro

8 de setembro de 1909

Conhecido como Tratado de Demarcação, Comércio e Navegação. Definiu os limites entre Brasil e Peru e estabeleceu princípios gerais sobre comércio e navegação na bacia do Amazonas.

Tratado da Lagoa Mirim

30 de outubro de 1909

O Brasil cedeu ao Uruguai o direito de navegação em parte da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Tratado de Tordesilhas

07 de junho de 1494

Dividia os domínios ultramarinos de Portugal e Espanha por um meridiano a ser demarcado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, mas que nunca foi estabelecido.

Tratado de Madri

13 de janeiro de 1750

Visava demarcar as fronteiras coloniais portuguesas e espanholas pelo não cumprimento do Tratado de Tordesilhas. Portugal ficaria com o Rio Grande do Sul, o Mato Grosso, a Amazônia e receberia dos espanhóis os Sete Povos das Missões em troca da cessão da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai.

Guerra da Cisplatina

1825-1828

Conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Banda Oriental (Uruguai), anexada ao primeiro, em 1821, como Província Cisplatina. A soberania sobre a região permitiria o controle da navegação e do comércio na bacia platina. Em meio à guerra, o Uruguai tornou-se independente (1825). A intervenção inglesa pôs fim ao conflito e, em 27 de agosto de 1828, Brasil e Argentina reconheceram a independência do Uruguai.

Tratado de El Pardo

12 de fevereiro de 1761

Ineficaz na substituição ao Tratado de Madri pela insistência portuguesa em ocupar a Colônia do Sacramento e a resistência espanhola em entregar o território dos Sete Povos das Missões.

Tratado de Santo Ildefonso

1º de outubro de 1777

Confirmava a posse da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões pelos espanhóis. Portugal manteve o Mato Grosso e a Amazônia, garantidos pelo Tratado de Madri.

Tratado de Badajós

6 de junho de 1801

Por este tratado, os espanhóis reconheciam a soberania portuguesa sobre a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões.

possidetis (ver *box*). Os limites com o Uruguai emanaram da ocupação brasileira da chamada Província Cisplatina e dos acordos de 1828, mediados pela Grã-Bretanha, que encerraram a guerra entre o Brasil e a Argentina pelo controle da Banda Oriental do rio da Prata. O resultado representou significativo avanço territorial brasileiro sobre áreas que tinham pertencido à Banda Oriental. A força das armas também foi usada para fixar limites com o Paraguai, depois da guerra que durou de 1864 a 1870. As outras fronteiras delimitadas no Império emanaram de acordos com os países vizinhos. Na Amazônia, por meio dos "tratados de limites e navegação" com o Peru e a Venezuela, negociados na segunda metade do século XIX, o Brasil conseguiu parte das fronteiras que reivindicava em troca da concessão do acesso dos países vizinhos aos rios amazônicos brasileiros. A figura quase esquecida do barão da Ponte Ribeiro (1793-1878) desempenhou o papel principal nesse empreendimento diplomático e cartográfico. A questão dos limites permaneceu no centro da política externa brasileira durante todo o Império. O litígio com a Argentina, relativo ao segmento de fronteiras de Palmas, na região Sul, resgataria da obscuridade Paranhos Júnior.

Contrariando uma tradição diplomática, no episódio da aquisição do Acre o Brasil avançou sobre um território que, claramente, pertencia a um país vizinho

O futuro barão do Rio Branco, "nosso único grande homem", nas palavras do contemporâneo Euclides da Cunha (1866-1909), foi nomeado para defender a causa brasileira, submetida a arbitramento do presidente americano Grover Cleveland (1885-1889 e 1893-1897), e protagonizou a célebre polêmica com o chanceler argentino Estanislao Zeballos (ver artigo na página 28). A área de litígio era o triângulo formado pelos rios Chapecó, um afluente do Uruguai, e Chopim, afluente do Iguaçu, nos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Não era um detalhe: a hipotética vitória argentina introduziria uma cunha profunda no Brasil meridional. Na sua defesa, Rio Branco difundiu a lenda de que a área se tornou litigiosa apenas em 1881, quando a Argentina protestou contra a instalação de postos militares junto aos dois rios. Na verdade, desde a Independência, existia, oculto, o litígio. Um tratado quase foi assinado em 1857, garantindo a posse brasileira, mas a Argentina recuou e insistiu nas suas reivindicações. Depois, no momento da proclamação da República, o chanceler Quintino Bocaiúva (1836-1912), movido por um arroubo de solidariedade republicana, firmou com Zeballos um tratado que dividia a área em duas, ficando os argentinos com a parte ocidental. O arbitramento do presidente Cleveland decorreu da rejeição parlamentar, no Brasil, do tratado firmado por Bocaiúva.

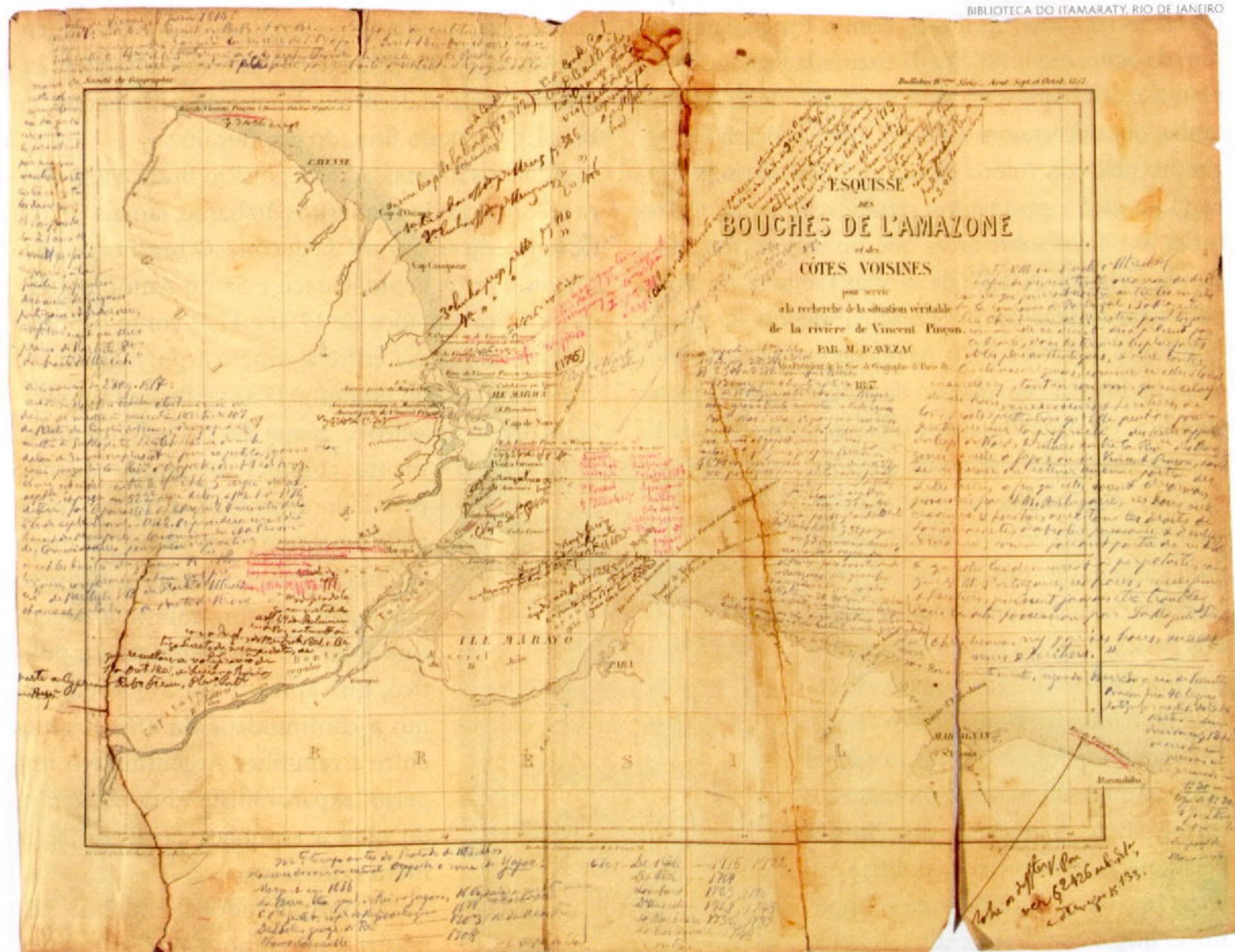
Zeballos foi massacrado por Rio Branco e, embora reconhecendo os méritos do barão, jamais deixou de remoer a amargura da derrota. O brasileiro identificou os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, definidos pelos tratados de 1750 e 1777 como suportes da linha divisória entre a América portuguesa e o vice-reino do Rio da Prata. Diante de uma duplicata incorreta do célebre "mapa das cortes", um documento colonial de limites exibido pelo lado argentino, o barão conseguiu descobrir o paradeiro do mapa original, que sacramentava o direito português. No fim, sobrou à Argentina apenas o frágil argumento político, que apresentava a questão como a continuidade de uma disputa entre a república Argentina e o império expansionista dos Bragança, do qual a república do Brasil seria mera extensão.

O controle sobre a cunha de Palmas era, no enfoque de Rio Branco, um problema geopolítico de segurança nacional. Após a vitória no arbitramento, aceleraram-se os planos de conexão ferroviária do Rio Grande do Sul ao núcleo econômico do território brasileiro. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, construída pela Brazil Railway Co. no início do século XX, soldou a ponta meridional ao restante do país. A remoção de posseiros e a apropriação empresarial de terras promovidas pela construção deflagraram a

Rio Branco (ao centro, apoiado na cadeira) na missão de arbitramento entre Brasil e Argentina, em Washington. Pelos méritos conquistados na demarcação das fronteiras do sul, o barão foi enviado ao norte do país para resolver os limites com a Guiana Francesa

MAPOTECA DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

Repleto de anotações do próprio Rio Branco, o *esboço das embocaduras do Amazonas e das costas vizinhas para servir a pesquisa da situação real do rio de Vicente Pinzón*, foi um dos documentos utilizados para barrar as pretensões da França na Amazônia

Na próxima página: mapas enviados aos Estados Unidos, por Rio Branco, para auxiliar os trabalhos de fixação das fronteiras brasileiras. Hábil negociador, o barão foi responsável pela definição de grande parte dos limites do atual território nacional

Guerra do Contestado (1912-1916, ver *Nossa História* número 10).

A vitória no Sul levou Rio Branco ao extremo Norte, como delegado da causa brasileira na discussão do segmento de fronteiras com a Guiana Francesa. A questão, levada ao arbitramento da Confederação Suíça, provocou um debate histórico e geográfico memorável com ninguém menos que Paul Vidal de La Blache (1845-1918), o "pai" da geografia humana francesa. A polêmica desenrolou-se em torno da identificação do rio Japoc, ou Vicente Pinzón, definido pelo Tratado de Utrecht, de 1713, como suporte do limite entre os domínios das Coroas portuguesa e francesa. Mas, no fundo, o que estava em jogo era o acesso da França à bacia amazônica. La Blache entregou-se à tentativa de provar que o Japoc era o rio Araguari, que desemboca no sul do atual estado do Amapá. Não conseguiu, mas produziu artigos pioneiros e um atlas minucioso sobre a geografia da Guiana Francesa. Rio Branco compilou memórias de viajantes e cartógrafos do Império para, num trabalho monumental, provar que o Japoc era o Oiapoque e, assim, barrar as pretensões da França na Amazônia.

A "era de Rio Branco" teve seu ápice nas negociações que culminaram com a aquisição do Acre, pelo Tratado de Petrópolis, de 1903 (ver artigo na página 20). Nesse episódio, ao contrário dos anteriores, o Brasil avançou sobre um território que, claramente, pertencia a um vizinho. O segmento acreano de fronteiras com a Bolívia havia sido delimitado no Tratado de Ayacucho, firmado em 1867 por Duarte da Ponte Ribeiro, o barão da Ponte Ribeiro.

Como se estabelece uma fronteira

O estabelecimento de uma fronteira política passa por três etapas: definição, delimitação e demarcação. A definição é uma operação conceitual, na qual ocorre um acordo sobre os princípios gerais para a produção dos limites. A delimitação é uma operação cartográfica, na qual se traça a linha divisória sobre os mapas. A demarcação é uma operação física, na qual se implantam sobre o terreno os marcos de fronteira. Do ponto de vista político, a linha de fronteira nasce na etapa intermediária, pois a delimitação só é possível mediante um acordo detalhado sobre o limite, que requer um vasto acúmulo de informações e se reflete em documentos cartográficos em grande escala. Por exemplo, o meridiano de Tordesilhas foi, na época dos descobrimentos, uma fronteira definida por um acordo entre Portugal e Espanha, mas não delimitada. Já o Tratado de Madri, em 1750, delimitou apenas alguns trechos das fronteiras, baseados no curso conhecido dos rios.

Direito de posse

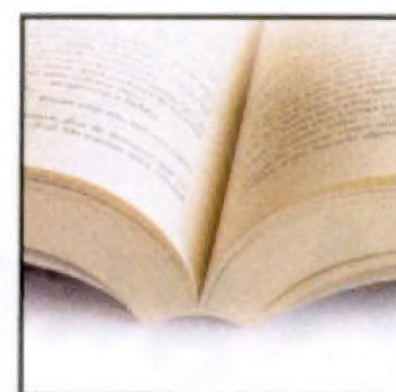
Uma conquista da diplomacia imperial

Nas duas primeiras décadas do Império, prevalecia a noção de que os fundamentos do direito territorial brasileiro deveriam ser invocados sobre a base dos tratados coloniais de limites. Isto significava, essencialmente, basear tais direitos no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que balizou a política de fronteiras dos vizinhos da América espanhola. Mas era esse tratado que ditava o paradigma das políticas de fronteiras dos vizinhos hispano-americanos. O apego dos países hispano-americanos ao último tratado colonial de limites se traduzia pela doutrina do *uti possidetis* juris, de 1810, que sustentava o direito a todas as terras que tinham pertencido à Coroa espanhola antes do movimento emancipador. Deve-se ao diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, o barão da Ponte Ribeiro, a elaboração daquela que viria a ser a doutrina imperial, a partir da atualização do conceito do uti possidetis utilizado por Alexandre de Gusmão (1695-1753) um século antes, durante a negociação do Tratado de Madri. Essa posição foi exposta pelo barão, pela primeira vez, em 1837, no curso das negociações de limites com a Bolívia. Quatro anos depois, sempre por influência do barão da Ponte Ribeiro, o *uti possidetis de facto* tornava-se orientação diplomática oficial do Império. Em resumo, ele valorizava a posse colonial efetiva, não a letra dos tratados. Em 1854, uma correspondência de Humboldt, elogiando a doutrina imperial, tornava-se instrumento de legitimação internacional da interpretação brasileira do *uti possidetis de facto*. Em 1857, no quadro das difíceis negociações com o Paraguai, o visconde do Rio Branco (1819-1880), pai do barão do Rio Branco, detalharia a doutrina, ajuntando o corolário pelo qual os velhos tratados coloniais só se aplicariam nos casos de impossibilidade de demonstrar uma posse efetiva, ou como meios auxiliares de delimitação.

Contudo, o povoamento do vale do rio Acre por seringueiros brasileiros degenerou na fracassada tentativa separatista do aventureiro espanhol Luís Galvez, em 1899, e na revolta dos seringueiros comandados pelo gaúcho Plácido de Castro, em 1902, que instalou um litígio e quase provocou a confrontação entre tropas do Brasil e da Bolívia.

Um ensaio boliviano para esmagar os revoltosos, em janeiro de 1903, foi antecedido por uma ordem de Rio Branco de ocupação militar do território. Estabelecido o poder brasileiro na área de litígio, o barão convidou a Bolívia a negociar e iniciou as conversações oferecendo uma criativa releitura do tratado de 1867 que confundia os dados cartográficos e embaralhava a jurisprudência internacional. Rio Branco acreditava na ofensiva – e atacava simultaneamente nas frentes militar e diplomática. O Brasil ficou com o Acre e a Bolívia com 2 milhões de libras esterlinas, um minúsculo trecho de terras entre os rios Madeira e Abunã e a promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que lhe daria uma saída para o rio Amazonas.

A História não fez justiça completa a Rio Branco, como não fez ao barão da Ponte Ribeiro. Eles construíram a maior parte das fronteiras do Brasil, mas figuram no registro histórico apenas como hábeis negociadores que consolidaram divisórias supostamente muito antigas, encravadas nos tempos coloniais ou na própria natureza. A responsabilidade cabe em parte a eles mesmos, que se enxergaram e se apresentaram como instrumentos fortuitos da realização do desígnio da Ilha Brasil. ■

DEMÉTRIO MAGNOLI *é doutor em Geografia Humana pela USP e editor da publicação* Mundo – geografia e política internacional *da Editora Pangea.*

Para saber mais

CUNHA, Euclides da. "Peru *versus* Bolívia". *In: Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, vol. 1.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HEINSFELD, Adelar. A *questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do rio do Peixe (SC)*. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp / Moderna, 1997.

BIBLIOTECA DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

Everaldo de Oliveira Andrade

A guerra do Acre

Sucessivos confrontos entre seringueiros e autoridades bolivianas resultaram na compra do território pelo Brasil, em 1903

Se no Brasil a conquista do Acre constitui um verdadeiro romance de aventura, com seus heróis e vitórias, para a Bolívia a perda do território é parte de uma história marcada por tragédias e derrotas. Nas terras altas e frias montanhas dos Andes, onde se localizava a maior parte da população boliviana, o colonizador arrancou toneladas de prata, durante mais de trezentos anos. Foi a última região do continente a expulsar, em 1825, os espanhóis, que deixaram para trás um novo país empobrecido e dividido. Crises econômicas, como a provocada pela queda dos preços da prata em 1871 e 1895, ajudaram a enfraquecer ainda mais a economia do país. Grandes áreas do território estavam pouco povoadas e sem controle do Estado boliviano, entre estas as distantes regiões amazônicas.

A situação da Bolívia tornou-se pior com a guerra contra o Chile entre 1879 e 1882. O litoral boliviano no oceano Pacífico era cobiçado pelas empresas multinacionais inglesas, que, em aliança com o governo chileno, desencadearam a Guerra do Pacífico, que terminou, para a Bolívia,

Em "Finalmente!", charge de Crispim do Amaral, uma sátira ao término da questão do Acre, resolvida pelo barão do Rio Branco: "– Arre! Fechei o tratado! Mas agora quem precisa ser tratado sou eu!"

com a perda da saída para o mar. Naquele momento difícil, a alta do preço da borracha extraída da Amazônia era uma das poucas boas notícias para o governo boliviano. Embora o acordo de limites entre Brasil e Bolívia assinado em 1867 (Tratado de Ayacucho) garantisse as fronteiras na região do Acre, a Bolívia pouco fizera neste tempo para assegurar o controle da área. Este fato certamente deu margem a um avanço sem limites dos seringalistas (donos de seringais) brasileiros, que não encontraram resistência importante no caminho. No final do século XIX, quase 50 mil brasileiros já exploravam borracha no Acre boliviano.

Ao perceber, tarde demais, que perdia o controle do Acre, o governo boliviano tentou acelerar sua presença na região. No início de 1899, fundou o povoado de Puerto Alonso, com uma alfândega e uma delegacia administrativa para cobrar imposto da produção de borracha. Os grandes seringalistas, que já trafegavam livremente na região, não aceitaram a autoridade boliviana. Em julho de 1899, um grupo de brasileiros armados tomou Puerto Alonso e, sob a liderança do aventureiro espanhol Luiz Galvez Rodríguez de Arias (ver *box*), proclamou a República Independente do Acre. Galvez e seus companheiros eram "testas-de-ferro" dos grandes seringalistas, comerciantes e políticos do Amazonas. Estes buscavam forçar o governo brasileiro a apoiar a futura anexação do Acre ao Brasil, numa estratégia semelhante à anexação do Texas mexicano pelos EUA. No entanto, oito meses depois, navios da Marinha brasileira depuseram Galvez e restituíram o território à Bolívia.

Nessa época, ocorre na Bolívia a chamada Revolução Federal (1899), uma guerra civil que divide o país, consome as energias do governo e provoca uma gigantesca rebelião indígena liderada por Zárate Willka (?-1899). Fazendeiros brancos são assassinados e propriedades destruídas. Quando surge a questão do Acre, o novo governo boliviano, liderado pelo general José Manuel Pando (1899-1904), acabara de controlar rebeliões internas, mandara fuzilar Willka e tentava reorganizar o país. Restavam poucas possibilidades e recursos para uma grande mobilização contra os invasores.

O esforço boliviano foi, de todo modo, gigantesco. Para combater Galvez, o próprio Pando, junto com os chefes militares Ismael Montes e Lucio Pérez Velasco, dirigiu-se à região. As expedições militares demoravam cerca de três meses para atravessar rios e selvas até o Acre. Ao contrário do lado brasileiro, que utilizava os rios para chegar à zona de conflito, do lado boliviano não havia caminhos de acesso. Os combates se sucederam ao longo de três anos. As várias expedições bolivianas reuniram mais de 2 mil soldados neste período, enquanto os seringalistas brasileiros mobilizaram cerca de 4 mil homens.

No mapa ao lado, uma representação do território disputado por Brasil e Bolívia. A linha superior demarca a fronteira entre os dois países reconhecida em 1867, enquanto o paralelo 10° 20' (inferior), defendido por Rio Branco, delimita o que seria o Acre

O governo boliviano concluiu que apenas postos fronteiriços e expedições militares esporádicas não assegurariam os seus territórios, e decidiu transferir a uma multinacional a exploração da borracha na região, como forma de garantir impostos. É então formada a empresa Bolivian Syndicate Co., constituída por capitais ingleses e norte-americanos, que arrendou o Acre por dez anos. A empresa, prevendo conflitos, preparou uma força policial com o objetivo de tomar posse dos territórios ocupados. Os seringalistas e comerciantes brasileiros trataram de agir rápido, para não dar tempo à empresa de se instalar. No dia 6 de agosto de 1902, organizaram mais uma insurreição. José Plácido de Castro (1873-1908), um jovem e combativo militar gaúcho que caíra em desgraça no go-

Comandado por José Plácido de Castro, um exército mercenário formado por seringueiros avança pela mata em direção a Puerto Alonso (depois Puerto Acre) para expulsar os bolivianos da área em litígio

Para saber mais

GRONDIN, Marcelo. *A rebelião camponesa na Bolívia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KLEIN, Herbert S. *Historia General de Bolívia*. La Paz: Editorial Juventud, 1982.

MERCADO, René Zavaleta. "Considerações gerais sobre a História da Bolívia (1932-1971)". *In*: CASANOVA, Pablo Gonzáles (org.). *América Latina – História de meio século*, vol. 2, Brasília: Editora da UNB, 1988, p. 15-73.

Senhores da República do Acre

O advogado e diplomata espanhol Luiz Galvez Rodríguez de Arias (1859-1946) trabalhava no consulado da Bolívia em Manaus em 1899, quando tomou conhecimento das negociações do governo boliviano com a Bolivian Syndicate Co. e buscou tirar proveito próprio. Chefiando uma expedição montada pelo governo do Amazonas, Galvez proclama a República Independente do Acre, em 14 de julho de 1899, mas é deposto meses depois.

Outro "presidente do Acre" foi o militar gaúcho José Plácido de Castro (1873-1908), enviado em 1902 para a região pelo governador do Amazonas Silvério Néri. Após expulsar os bolivianos, Plácido de Castro fundou novamente a República do Acre, e tornou-se o primeiro governador do território após a anexação oficial ao Brasil, em 1903.

ACERVO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

Em Puerto Acre, Plácido de Castro (no canto inferior direito, de farda escura) comemora a independência acreana

verno Floriano Peixoto (1891-1894) e se fixara em Manaus, é escolhido para chefiar o movimento. Ele se põe à frente de um exército mercenário de seringueiros, que inicialmente toma o povoado de Xapuri, prendendo os funcionários e militares bolivianos.

Os bolivianos gastam os poucos recursos disponíveis para defender e assegurar seu território. No final de 1902, uma nova expedição militar, com 321 soldados, comandada pelo ministro do Exército, Ismael Montes, é despachada para o Acre e facilmente derrotada. Em fevereiro de 1903, os seringueiros tomam Puerto Alonso e prendem o governador boliviano, Juan de Dios Barrientos. Novamente é proclamado o Estado Independente do Acre. Plácido de Castro organiza o governo, sob sua direção, com sede em Puerto Alonso.

A multiplicação de incidentes na região chamou a atenção do governo federal, no Rio de Janeiro, obrigando-o a mudar sua posição. Certamente incomodava ao governo central a presença de um território rebelde e fora de qualquer controle, na despovoada e longínqua fronteira amazônica do país. Para apaziguar a região e intimidar os bolivianos, foi mobilizada uma bem aparelhada força militar, sob o comando de Olímpio da Silveira, general que anos antes contribuíra para massacrar a rebelião de Canudos, no Nordeste brasileiro. O recém-proclamado Estado Independente do Acre foi então ocupado por tropas brasileiras.

Com o controle militar, o governo brasileiro impôs uma solução para o conflito e em fevereiro de 1903 realizou um acordo com a Bolivian Syndicate Co., pagando à empresa 110 mil libras esterlinas para que desistisse de explorar a região. O governo boliviano, que fora derrotado militarmente pelos exércitos de Plácido de Castro, estava com poucas condições de oferecer alguma resistência naquele momento. Em março de 1903, o Brasil impôs um tratado preliminar aos bolivianos. O Acre seria dividido em duas regiões: a região norte seria ocupada por tropas brasileiras, e a região sul mantida provisoriamente sob o comando de Plácido de Castro. Finalmente, em 17 de novembro de 1903, fruto da intimidação militar e pressões diplomáticas articuladas pelo barão do Rio Branco, ministro brasileiro das Relações Exteriores, foi assinado entre os dois países o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil comprou da Bolívia o território do Acre por 2 milhões de libras esterlinas e comprometeu-se a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que daria à Bolívia a saída para o mar pela Bacia Amazônica.

Na fotografia tirada em Petrópolis, o grupo de signatários do tratado que ratificou a posse brasileira do Acre, tendo à frente o barão do Rio Branco

EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE *é professor de História na Universidade Guarulhos (UnG) e autor de* Revoluções na América Latina Contemporânea: México, Bolívia e Cuba. *São Paulo: Saraiva, 2000.*

Francisco Doratioto

Projeção brasileira na América do Sul

Trabalhando para o país e não para governantes, o barão do Rio Branco estabeleceu diretrizes que, por sua eficácia, se tornaram permanentes na política externa nacional

MAPOTECA DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

Temendo que o Brasil sofresse uma ação imperialista, o barão estabeleceu novos rumos para a política externa do país e esforçou-se para consolidar suas fronteiras. Ao lado, integrantes da missão que resolveu a questão do Oiapoque com a França: de pé, da esquerda para a direita, Domício da Gama, Raul do Rio Branco e Hipólito Alves de Araújo

Foi no ambiente familiar que José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, teve os primeiros conhecimentos sobre política externa. Seu pai, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), visconde do Rio Branco, foi importante membro do Partido Conservador e ocupou os mais altos cargos públicos no Império do Brasil, inclusive o de ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como cumpriu várias missões diplomáticas no Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai). Em uma delas, em 1870, Paranhos Júnior o acompanhou como secretário. Da política externa implementada pelos conservadores, o barão do Rio Branco incorporou os valores da defesa da segurança do Estado e da sua integridade territorial, além da convicção de que o Brasil estava destinado a projetar-se internacionalmente, e devia assim tentar manter o maior grau possível de autonomia em relação às grandes potências, como o fez o Segundo Império (1840-1889). Também incorporou da diplomacia imperial a atenção permanente em relação aos países vizinhos, principalmente os platinos, bem como a aversão à instabilidade política que os caracterizou.

Convidado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o barão do Rio Branco assumiu, em 1902, o Ministério das Relações Exteriores, que passou a ser conhecido como Itamaraty. Encontrou a posição internacional brasileira enfraquecida devido à instabilidade política e à crise financeira que caracterizaram a primeira década de vida republicana. Paranhos Júnior estava decidido a recuperar o prestígio internacional do país; a estreitar relações com os países vizinhos; a definir as fronteiras que, em boa parte, não tinham sido demarcadas, e a estabelecer a liderança brasileira na América do Sul. Monarquista convicto, ao chegar ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de chanceler da República, ele afirmou em discurso: "Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado". Estabeleceu, assim, o princípio de que o Itamaraty representa os interesses da nação brasileira e não os de governos; estes passam, aqueles ficam. Essa diretriz contribuiu para que, nas décadas seguintes, a política externa brasileira tivesse maior continuidade e coerência do que as de países vizinhos, nos quais a ação diplomática variou, conforme mudavam seus governantes, dificultando a defesa de seus interesses nacionais.

Facilitou a atuação de Paranhos Júnior o fato de o decênio em que esteve à frente do Itamaraty (1902-1912) coincidir com a "idade de ouro" da agroexportação do Brasil e de o país encontrar-se estabilizado politicamente. Havia, porém, a vulnerabilidade militar, pois a Marinha, após a Revolta da Armada (1893-1894), perdera capacidade de combate e, no Exército, parte do armamento era obsoleta. As condições favoráveis das finanças públicas permitiram ao presidente Rodrigues Alves, estimulado por Rio Branco, implementar um vasto programa de modernização militar, principalmente naval. O chanceler brasileiro não poupou gastos para projetar o país internacionalmente, o que fez com que no Rio de Janeiro surgisse a expressão "Haja tostão, seu barão!". A demarcação das fronteiras brasileiras foi uma das prioridades da ação diplomática de Paranhos Júnior. A indefinição de limites era potencialmente perturbadora nas relações com os vizinhos, em um momento que se queria estreitá-las. À exceção de pequeno trecho com o Paraguai, Rio Branco terminou de definir toda a fronteira mediante tratados assinados com a Bolívia

Visconde do Rio Branco, óleo de Louis Guedy, 1884: da experiência paterna, o barão assimilou os valores da diplomacia imperial, como a atenção permanente em relação aos países vizinhos

Na página anterior: *Carta das fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica*, de 1897. Utilizado na confecção das memórias sobre os limites com as possessões inglesas, o fac-símile traz marcações de Rio Branco

(1903); Equador (1904), na Amazônia, que mais tarde este país perdeu para o Peru; Venezuela (1905); Holanda (1906), para determinar os limites com Suriname; Colômbia (1907); Peru (1909) e Uruguai (1909).

A questão territorial mais complexa foi a do Acre (ver artigo na página 20), que fora reconhecido como boliviano pelo Império do Brasil e reafirmado como tal pelos governos republicanos até 1901. Rio Branco conseguiu que a região se tornasse nossa graças ao Tratado de Petrópolis, de 1903, em que o Brasil se comprometia a pagar 110 mil libras à empresa anglo-americana Bolivian Syndicate e 2 milhões de libras esterlinas (equivalente a pouco mais de US$ 200 milhões nos dias atuais) à Bolívia, além da cessão de pequenas porções de território no Mato Grosso e do compromisso de construir a ferrovia entre os rios Madeira e Mamoré, de modo a viabilizar o acesso boliviano ao oceano Atlântico. Essas contrapartidas foram duramente criticadas por Rui Barbosa (1849-1923) e por deputados mato-grossenses. Contudo, para Paranhos Júnior era mais prudente negociar do que recorrer à superioridade militar, pois, dizia, "o recurso à guerra é sempre desgraçado!".

Nas quase três décadas em que permaneceu fora do Brasil, ocupando cargos diplomáticos na Europa (1876-1902), Rio Branco presenciou a ação do imperialismo europeu na partilha da África e na expansão para a Ásia; vivenciou as ambições da França e Grã-Bretanha sobre a Amazônia, a primeira sobre 260 mil quilômetros quadrados (questão do Amapá) e, a segunda, sobre 33.200 quilômetros quadrados (questão do Pirara). Estava convencido

(245)

revenir plus tard sur quelque exception, s'il y a lieu.

Considerações geográficas sobre a história do Brasil, de Paschoal d'Avezac, com anotações de Rio Branco na página sobre o rio Oiapoque. Abaixo: na charge "O pesadelo do barão", KLixto ironiza a preocupação do chanceler com a fronteira Brasil-Peru: "– Safa! É peru por todos os lados, agora!"

de que o país poderia ser vítima de uma ação imperialista e, para evitá-la, estabeleceu novos rumos para a política externa brasileira. Consolidou o movimento de aproximação do Brasil em relação aos Estados Unidos, para estabelecer um contrapeso à presença das potências européias na América do Sul e, ainda, às relações estreitas entre a Grã-Bretanha e a Argentina. Esta, que historicamente disputava com o Brasil o predomínio no Rio da Prata, já próspera e forte militarmente, tornava-se ainda mais poderosa com essa vinculação externa.

Rio Branco não desejava, porém, uma forte presença política norte-americana na América do Sul, pois almejava torná-la espaço de influência predominantemente brasileira. Além disso, acreditava que os Estados Unidos poderiam se tornar, a longo prazo, ameaça para o Brasil. Escreveu, em dezembro de 1904, que quando "as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a (...) colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população (bem como continuará a política imperialista)

e já ali se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes".

Paranhos Júnior desejava que os demais Estados sul-americanos "vivam em paz, prosperem e enriqueçam", pois "um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo". Planejava para o Brasil o papel de intérprete das preocupações e mediador das divergências entre os países sul-americanos – onde predominava o sentimento antinorte-americano –, e os Estados Unidos. Esse papel chegou a ser exercitado no "caso Alsop", devido a ultimato dado pelos EUA ao Chile para o pagamento de indenização à empresa mineradora norte-americana desse nome (1909), para evitar o rompimento de relações entre os dois países. A concordância da Argentina era fundamental para o sucesso desse projeto de Rio Branco. Para demonstrar a ela que essa liderança não lhe era hostil, Paranhos Júnior se dispôs a aceitar um equilíbrio de forças no Rio da Prata, rompendo a tradicional orientação da diplomacia brasileira, de conter a influência argentina nessa região. Assim, não se opôs à vitória da Revolução Liberal no Paraguai, em 1904, com apoio da Argentina, pois o Uruguai fazia um contraponto, ao manter relações amistosas com o Brasil.

A Argentina, mais poderosa do que o Brasil, não tinha motivo para aceitar uma liderança brasileira. Essa realidade se tornou explícita na Presidência de José Figueroa Alcorta (1906-1910), cujo chanceler era Estanislao Zeballos, ex-delegado argentino no litígio com o Brasil pelo território de Palmas. Zeballos acreditava que o programa de modernização militar brasileiro era uma ameaça a seu país e que o Brasil se aproximava dos países sul-americanos com a finalidade de isolar a Argentina, com o apoio dos Estados Unidos. A partir desse raciocínio, o chanceler argentino implementou, então, uma política de tal modo agressiva em relação ao Brasil que setores políticos argentinos a ela se opuseram, obrigando Alcorta a substituí-lo (ver artigo na página 28).

A situação, porém, não se alterou. Em 1909, Rio Branco encampou e formalizou como proposta a idéia do governo chileno de uma cooperação entre a Argentina, o Brasil e o Chile, o chamado ABC. Frustrada a idéia da hegemonia brasileira na América do Sul, colocava-se a possibilidade de uma liderança compartilhada. Em 1910, Roque Sáenz Peña assumiu a Presidência argentina. Ele concordava com Rio Branco em que a paz sul-americana somente poderia ser mantida com base em firme entendimento entre os governos argentino e brasileiro. Instalou-se clima de confiança mútua, viabilizando a ação comum dos dois países para superar a instabilidade política no Uruguai, em 1910, e para se manterem neutros na guerra civil paraguaia, travada entre duas correntes do Partido Liberal: os "radicais", seguidores do ex-presidente Manuel Gondra, deposto em janeiro de 1911 pelo coronel Albino Jara, e "cívicos", que apoiavam o militar. Quando parecia ter alcançado a desejada cooperação com a Argentina no Prata, Paranhos Júnior faleceu em fevereiro de 1912.

A busca, por Rio Branco, da liderança brasileira na América do Sul, embora realizada de forma discreta e cautelosa, foi inviabilizada pelas reações contrárias nos países vizinhos. Ele foi, porém, bem-sucedido em recuperar o prestígio brasileiro no plano regional e junto às grandes potências. Também estabeleceu diretrizes que, por sua eficácia, se tornaram permanentes na política externa brasileira, como a da não-intervenção nos assuntos internos de outros países, o que reduziu os sentimentos antibrasileiros nos vizinhos. A partir de Rio Branco, o Brasil superou a postura defensiva e de desconfiança em relação à América do Sul, substituindo-a pela negociação e busca de cooperação. H

FRANCISCO DORATIOTO *é professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e autor, entre outros trabalhos, de "A política platina do barão do Rio Branco". In:* Revista Brasileira de Política Internacional, *v. 2, 2000.*

Para saber mais

CARDIM, Carlos Henrique e ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil.* Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CONDURU, Guilherme Frazão. "O subsistema americano, Rio Branco e o ABC". *In: Revista Brasileira de Política Internacional.* Brasília: IBRI, 1998, nº 2, p. 59-82

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).* São Paulo: UNESP / Moderna, 1997

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco; o Brasil e o mundo.* Rio de Janeiro: Contraponto / Petrobras, 2000.

Em "Mulheres, mulheres...", charge de Oscar, um desabafo do barão diante das contingências da política externa, referindo-se à concessão ao Uruguai da navegação em parte da Lagoa Mirim: "– Ai, amor das nações, a quanto obrigas!"

Rosendo Fraga

O olhar adversário

Na Argentina, o barão do Rio Branco teve no ministro Estanislao Zeballos o seu mais obstinado opositor, que o acusava de expansionista e cérebro de um eixo Brasil-Estados Unidos

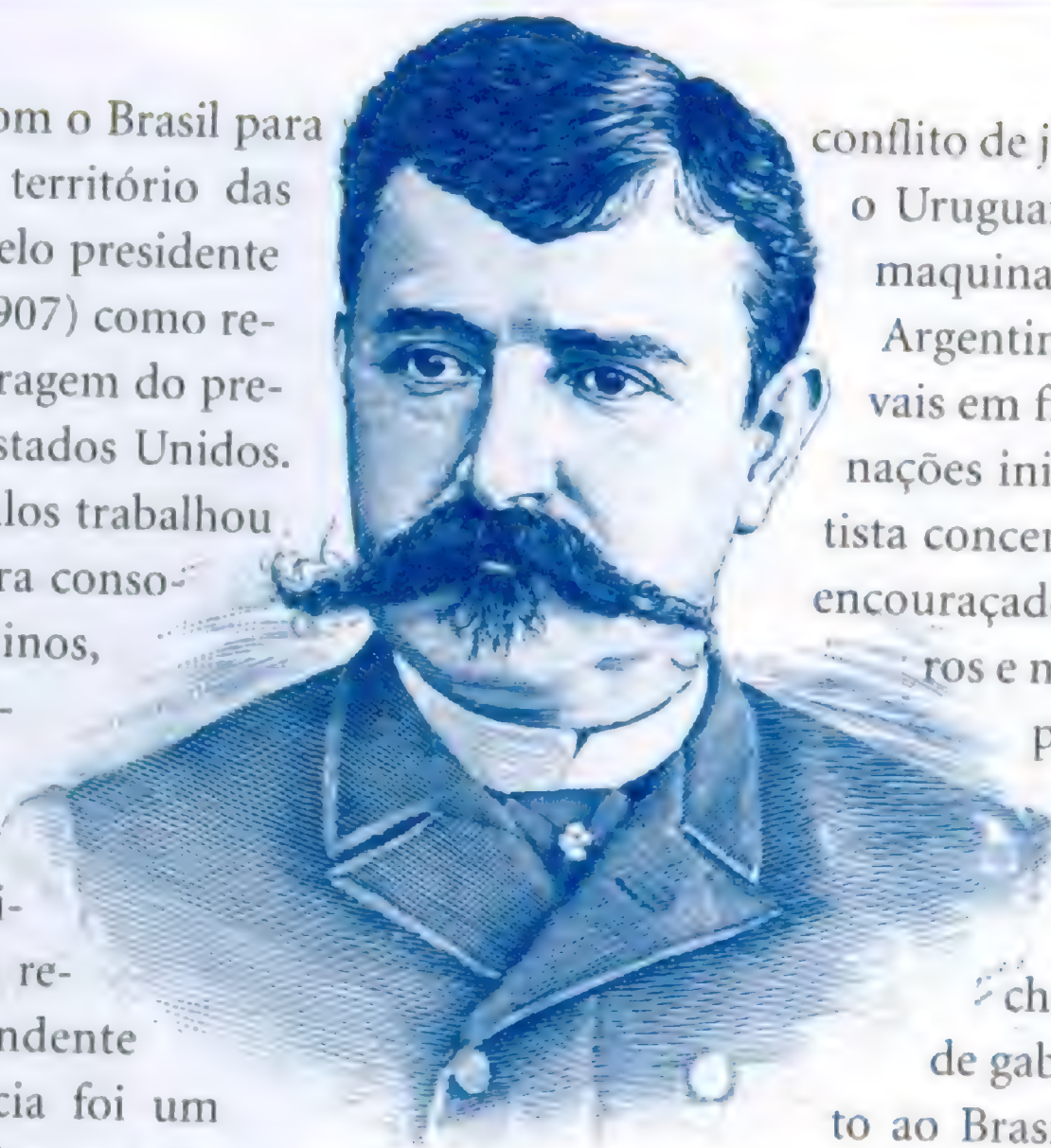
A figura do barão do Rio Branco não teve uma interpretação única na história da Argentina. A postura crítica em relação ao diplomata está representada por Estanislao Zeballos (1854-1923), político que se caracterizou por uma obstinada defesa da soberania territorial argentina. Em 1889, Zeballos foi nomeado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Miguel Juárez Celman (1844-1909). Dois anos mais tarde voltou a ocupar o mesmo cargo, durante o governo de Carlos Pellegrini (1890-1892), quando foi assinado o tratado com o Brasil para resolver o litígio das Missões, em torno da Cunha de Palmas, no sul do país. Neste cargo, promoveu a aquisição de armamentos na Europa, temendo a possibilidade de um conflito com o Brasil – tema que se instala em seu pensamento como uma idéia fixa.

Dada sua vasta cultura jurídica e histórica, e por ter sido duas vezes ministro das Relações Exteriores

e signatário do acordo com o Brasil para solucionar o litígio do território das Missões, foi designado pelo presidente Luiz Sáenz Peña (1822-1907) como representante junto à arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos. Durante dois anos, Zeballos trabalhou com muita dedicação para consolidar os direitos argentinos, mas foi vencido pelos argumentos do barão do Rio Branco. Como estava convencido de que sairia vitorioso, sua derrota redundou numa surpreendente frustração. A conseqüência foi um agravamento da sua predisposição contra o Brasil, além de uma forte antipatia em relação ao barão. De volta ao país, fundou a *Revista de direito, história e letras*, que dirigiu até sua morte.

Em 1906, Zeballos foi nomeado pela terceira vez ministro das Relações Exteriores, pelo presidente José Figueroa Alcorta (1860-1931). Nesta função, desenvolveu uma intensa política contra o suposto expansionismo brasileiro na região. Ele acreditava que o Brasil tinha o apoio dos Estados Unidos, interessados em frear a Argentina, que surgia como uma potência regional emergente. Sofrendo com a decisão de Cleveland favorável ao Brasil nos territórios das Missões, a indisposição de Zeballos em relação ao barão se acentuou.

Em julho de 1906, por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, de novo evidenciou-se a rivalidade entre Washington e Buenos Aires. O governo do Brasil e seu ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, homenagearam o secretário de Estado americano Elihu Root (1845-1937) e batizaram o prédio onde se desenrolaram as sessões de "Palácio Monroe" – referência ao presidente dos Estados Unidos, James Monroe (1817-1825), que lançou em 1823 a doutrina da "América para os americanos". Na chancelaria argentina, isso foi interpretado como um gesto político provocativo.

Zeballos acreditava existir um eixo Estados Unidos-Brasil, cujo cérebro era o barão do Rio Branco, interessado em anular e deslocar a influência argentina. Procurou compensar essa situação através de maior influência nos países limítrofes e levou o presidente Alcorta a uma política de rearmamento naval. Com êxito, mediou as diferenças entre Paraguai e Bolívia. Coube-lhe resolver, em abril de 1908, o conflito de jurisdição no Rio da Prata com o Uruguai, no qual acreditava ver uma maquinação de Rio Branco contra a Argentina, que realizou manobras navais em frente de Montevidéu. As duas nações iniciam uma corrida armamentista concentrada na compra de grandes encouraçados, armamentos dos mais caros e modernos à época, e que havia pouco tempo tinham decidido a sorte da guerra russo-japonesa (1904-1905).

O chanceler argentino chegou a propor, numa reunião de gabinete, apresentar um ultimato ao Brasil para que dividisse sua esquadra, sob a ameaça de decretar a convocação das reservas militares do país. Mas crescia cada vez mais a oposição à política belicista de Zeballos, liderada pelo ex-presidente Roca, que ainda mantinha influência sobre o Congresso e em várias províncias. Sob forte pressão, o presidente Figueroa Alcorta convence Zeballos a deixar o ministério das Relações Exteriores e assumir o da Justiça e Instrução Pública. Convicto da legitimidade de sua causa, Zeballos recusou a oferta, respondendo ao presidente com uma severa carta tornada pública na qual denunciava uma conspiração de interesses antinacionais.

Na página anterior: Rio Branco e Júlio Roca, ex-presidente argentino, a caminho de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1907. Partilhando as mesmas idéias, como a do triângulo ABC, o barão tinha na amizade com Roca o apoio necessário para enfrentar a virulenta oposição feita por Estanislau Zeballos, ao lado, em litogravura de 1889

Diplomacia desarmada

Fracaso de las misiones Quintana y Mitre, en el Paraguay

ANTAGONISMOS TRADICIONALES Y PRESENTES

(Cf. esta Revista XXX 5,71) (1)

I

Voces vulgares han señalado mi politica al ódio del Brasil. Es la politica de la Patria, sin embargo! El excanciller es vuestro enemigo, le han dicho, y persigue la insensata fantasia de afirmar la influencia argentina en Sur América. Los denunciadores del ex-canciller argentino tra-

(1) En el número anterior, al recordar á los precursores beneméritos de la marina de guerra omití —*lapsus calami*— el nombre del comodoro Clodomiro Urtubey, cuya acción en la escuela naval y en la organización será recordada siempre de una manera distinguida. Necesito, además, aclarar otro detalle, porque deseo que mi palabra sea escrupulosamente exacta. Hablaba de los presos políticos durante la presidencia Mitre, que gimieron en un pontón é incluí entre ellos el nombre ilustre de Guido y Spano. «Lo que «me sucedió en esa época á que Vd. se refiere, me dice el eminente argentino en carta de «agosto pasado, fué que me soplaron por cinco dias cumpliendo la orden emanada del «ministerio del interior, siendo ministro el fecundísimo, el [illegible] doctor Rawson, en «un calabozo de la policia, junto con el entonces joven Agustin de Vedia, don Juan José «Soto y el impresor alemán, todo azorado de lo que le pasaba, don J. Bernheim —¿Cuál «era mi delito? Oh! Descomunal! Yo fui el primer argentino que en Buenos Aires se «atreviera á combatir por la prensa la politica, cuyo resultado fué la triple alianza, de «funesta memoria. Y lo hice (recuerda Vd. acaso mi opúsculo *El gobierno y la Alianza*, «reproducido en ráfagas, tomo I, pág. 159, anterior á aquel de Navarro Viola, *Atrás el «Imperio*); lo hice, digo, no como *polemista cultísimo y vibrante, que hiere sonriendo*,

Página de um exemplar da *Revista de direito, história e letras*. Fundada por Zeballos, após sua derrota para Rio Branco, o periódico era um importante instrumento de crítica à política expansionista brasileira

Alcorta foi substituído por Victorino de la Plaza, presidente entre 1914 e 1916, que tentou, sem resultado, moderar as relações com o Brasil, mesmo com a corrida armamentista seguindo seu curso. Devido ao estremecimento entre os dois países, as comemorações do centenário da independência argentina, em 25 de maio de 1910, não contaram com a presença de uma delegação brasileira. Zeballos continuou com uma importante atuação, publicando livros e tratados sobre vários assuntos – mais de quatrocentos –, até sua morte ocorrida em Liverpool, cidade onde o barão passara longos anos de estudo e reflexão enquanto era cônsul de seu país.

Além da visão crítica representada por Zeballos, a opinião Argentina em relação ao barão do Rio Branco foi influenciada pelo tom conciliador do general Julio A. Roca, duas vezes presidente da nação (1880-1886 e 1898-1904). Roca queria articular um eixo no Cone Sul, integrado pela Argentina, Brasil e Chile, denominado triângulo ABC, idéia também compartilhada pelo barão.

Durante seus dois governos, ele conseguiu os acordos que evitaram os conflitos com o Chile: o de 1881 que estabeleceu a Cordilheira como fronteira entre os dois países e o de 1901, que impediu uma guerra iminente e freou a corrida armamentista. Os dois acordos foram duramente criticados por Zeballos, que os considerou lesivos à soberania territorial da Argentina.

Roca chegou à Presidência pela segunda vez em 12 de outubro de 1898, dando prioridade à política de conciliação e acordo no Cone Sul. É por isso que, três meses depois de chegar ao poder, viajou ao Sul para encontrar-se com o presidente chileno Frederico Errázuriz Echaurren (1896-1901) em janeiro de 1899, no estreito de Magalhães. Antes de completar um ano na Presidência, também por sua iniciativa, viaja ao Rio de Janeiro onde se encontra com o presidente Campos Salles (1898-1902), que no ano seguinte retribuirá a visita em Buenos Aires.

Este intercâmbio, se bem que não tivesse um conteúdo determinado – o que era comum nas relações exteriores da época –, transformou o clima das relações bilaterais, destacando e reforçando os interesses comuns. Em menos de um ano, Roca realizou os dois primeiros encontros de nossa história de um presidente argentino com seus pares do Chile e do Brasil. Desta forma, também procurava desfazer um possível eixo Rio de Janeiro-Santiago para enfrentar a Argentina.

São tempos em que os mais importantes Estados da região e suas chancelarias, seguindo o modelo europeu, buscavam o equilíbrio regional com hipotéticas alianças. Existiam aqueles que viam na região um eixo Lima-Buenos Aires para opor-se ao suposto eixo Rio de Janeiro-Santiago, com Bolívia, Paraguai e Uruguai colocando-se de acordo entre si, conforme as circunstâncias. Mas também se percebia que no plano internacional existia o mencionado eixo Washington-Rio de Janeiro oposto a outro Londres-Buenos Aires ou Europa-Buenos Aires. Tanto na Argentina como no Brasil existiam aqueles que exacerbavam ou exageravam estas visões.

Roca ocupou a Presidência até 1904 e a última parte de seu mandato coincidiu com a primeira fase do barão frente ao Itamaraty. Neste período, o ABC toma uma atitude concreta: Argentina, Brasil e Chile

Fac-símile de vários mapas do século XVIII, usados no litígio do território das Missões. A perda da região, suscitou a desconfiança de Zeballos de que o Brasil recebia apoio dos Estados Unidos para anular a influência da Argentina na América do Sul

BIBLIOTECA DO ITAMARATY, RIO DE JANEIRO

assumem uma postura comum diante da independência do Panamá (1903). Ainda que Roca seja presidente e o barão ministro das Relações Exteriores, mantêm correspondência neste período. Nas cartas, Rio Branco trata do "ABC", idéia de política exterior compartilhada por Roca e outras figuras do governo argentino como Carlos Pellegrini (1846-1906), que também concordava com uma política regional "conciliadora".

Quando a relação entre Brasil e Argentina chegou a seu ponto máximo de tensão, durante a terceira gestão de Zeballos como chanceler, entre 1906 e 1908, Rio Branco realizou uma hábil jogada política. Ao deixar a Presidência em 1904, Roca viajou para a Europa com sua família, afastando-se da política argentina. Quando estava para regressar, Rio Branco o convidou para fazer uma escala no Brasil. Foi recebido com todas as honras, por ser um ex-presidente ainda com força política. O barão o cumulou de atenções e uma foto de ambos, juntos com o ex-presidente Campos Salles, tirada no porto de Santos, simbolizou a articulação de um eixo Roca-Rio Branco, no sentido da conciliação bilateral.

O general Roca queria articular um eixo no Cone Sul, integrado pela Argentina, Brasil e Chile, denominado triângulo ABC

Roca via com receio a política de confrontação com o Brasil estimulada por Zeballos. Ao retornar ao país, ele se opôs efetivamente a ela, e foi peça-chave no processo que levou à renúncia do ministro, em 1908. Em 1910, a relação entre a Argentina e o Brasil se recompôs, com a eleição do presidente Roque Sáenz Peña (1910-1914). Este enviou como emissário extra-oficial Ramón J. Cárcano, que viria a ser embaixador argentino no Brasil nos anos 1930. Numa entrevista reservada com o barão, Cárcano chegou a um acordo para pôr fim à corrida armamentista, tendo sido suspensa a compra dos encouraçados que tinham sido encomendados pelos dois países.

No novo contexto da política conciliadora de Sáenz Peña, Roca é designado embaixador extraordinário junto ao Brasil, assim como Campos Salles na Argentina. Foi o último cargo público que Roca ocupou. Antes de morrer, em 1914, visitou o túmulo do barão para render-lhe uma sincera homenagem pessoal, de profundo significado político. A Argentina apresenta, assim, duas visões do barão: a crítica, representada por Zeballos, e a conciliadora, por Roca. ■

ROSENDO FRAGA *é diretor do Centro de Estudos União para a Nova Maioria – Argentina e autor de* Roca y el Brasil. *Buenos Aires: Centro de Estudios Nueva Mayoría, 1994.*

Para saber mais

DANESE, Sergio. *Diplomacia presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999

DE OLIVEIRA LIMA, Manuel. *En la Argentina.* Buenos Aires: Centro de Estudios Nueva Mayoria, 1998.

ETCHEPAREBORDA, Ricardo. *Zeballos y la política exterior argentina.* Buenos Aires: Pleamar, 1978.

FRAGA, Rosendo e DE SEIXAS CORREAS, Luis Felipe. *Argentina-Brasil. Centenario de 2 visitas.* Buenos Aires: Centro de Estudios Nueva Mayoria, 1998.

Em 1908, após uma articulação política apoiada por Julio Roca, Estanislau Zeballos renuncia ao cargo de ministro. No Brasil, uma charge não deixou o fato passar despercebido: uma moça tenta tirar uma mancha (Zeballos) de um lençol branco (a Argentina), enquanto escuta Rio Branco dizer "Qual menina! Há remendos que se não tiram assim!..."

Cristina Patriota de Moura

Um nobre solitário

Vivendo com uma atriz e pai de cinco filhos, o barão do Rio Branco levou, durante anos, uma vida dupla, circulando pela sociedade como um fidalgo solteirão

Paranhos Júnior vestindo o fardão de cônsul: designado para Liverpool, em 1876, viveu mais tempo em Paris onde circulava como um *vieux garçon*. No alto, ao fundo, o timbre de papel de carta do futuro barão do Rio Branco com o lema: *Ubique patriae memor* (Em todo lugar, lembrar-se da pátria)

O barão do Rio Branco (1845-1912) é um nome importante no nosso panteão de heróis. Não só consta na história das relações internacionais como grande negociador, graças ao qual o território brasileiro ganhou seu traçado definitivo, mas também é invocado e utilizado como emblema da identidade daqueles que representam oficialmente o Estado brasileiro na arena internacional. O instituto responsável pela formação dos diplomatas brasileiros tem o nome de Rio Branco e os membros do quadro permanente da carreira denominam a instituição à qual pertencem de "Casa de Rio Branco", em homenagem àquele que é oficialmente o patrono da diplomacia brasileira.

Rio Branco deixou sua marca na história de nossas relações internacionais. Atuou em negociações de fronteiras com a Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru. Teve forte participação no processo migratório de italianos e alemães para o Brasil e foi um importante agente no processo de estabelecimento da ordem institucional burocrática da Primeira República (1889-1930). Durante os anos em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, de dezembro de 1901 ao dia de sua morte,

em 10 de fevereiro de 1912, teve em suas mãos grande poder no que tange à formulação da política externa brasileira e voz importante nas questões políticas nacionais. Atingiu grande popularidade, apesar de também ter sido duramente criticado por seus adversários, como o romancista Lima Barreto (1881-1922), que não se cansava de escrever crônicas ridicularizando o "Barão", e até mesmo alguns velhos amigos que se tornaram desafetos, como Graça Aranha (1868-1931), também diplomata.

É interessante que, em larga medida, o barão seja representado como um nobre que dá continuidade a valores monárquicos e dinásticos no início do período republicano. É como se proviesse de uma nobreza hereditária, nos moldes europeus, onde as Casas aristocráticas se uniam através de alianças políticas e matrimoniais. De fato, o barão do Rio Branco era filho do visconde do Rio Branco, um importante estadista do Segundo Império (1840-1889). Porém, curiosamente, nenhum dos dois provinha de uma nobreza hereditária e tampouco o filho herdou o título do pai. Ambos receberam seus títulos já em idade adulta. José Maria da Silva Paranhos se tornou o visconde do Rio Branco em 1870, já aos 51 anos de idade. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o primogênito de nove irmãos, recebeu o título de barão do Rio Branco aos 43 anos, em ato da princesa Isabel que, ao assinar a Lei Áurea (1888), achou por bem homenagear o filho do autor da Lei do Ventre Livre (1871).

Dos nove filhos de José Maria da Silva Paranhos, Paranhos Júnior, ou Juca, como era chamado, foi o único a ter destaque na vida pública nacional. Tendo estudado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde as atividades letivas eram cuidadosamente acompanhadas pelo imperador, Juca cursou a faculdade de Direito em São Paulo e Recife, onde concluiu o curso, as duas únicas instituições do gênero existentes na época. Viveu em repúblicas, participando da vida estudantil própria aos futuros bacharéis, inserido nos círculos de convivência aristocráticos que mesclavam políticos, fazendeiros, literatos e artistas.

Não há muitas informações sobre a vida familiar dos Paranhos, a não ser o fato de que a casa do visconde do Rio Branco, que fora senador plenipotenciário em missões diplomáticas, ministro da Fazenda e das Relações Exteriores e chefe de Gabinete, era freqüentada por figuras ilustres do Império, principalmente os membros do partido conservador e adeptos da maçonaria. Mas, dos filhos do visconde, só Juca parece ter tirado proveito maior das relações políticas do pai. Terminado o curso de Direito, chegou a ser eleito deputado pelo Mato Grosso, em 1869. Sempre atuou na imprensa, escrevendo artigos de opinião em defesa dos conservadores e também narrativas históricas sobre as questões militares no Prata. Desde cedo

Para saber mais

LINS, Álvaro. *Rio Branc*
São Paulo: Alfa-Omeg
Fundação Alexandre d
Gusmão, 1996.

MOURA, Cristina Patriota de. "Herança e Metamorfose: a construção social de dois Rio Branco". *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol.14, 20

RICUPERO, Rubens. *R Branco, o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro Contraponto: Petrobrás, 2000.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida do barão do Rio Branco*. Brasília: Senad Federal; Fundação Alexandre de Gusmã 1996.

Nos tempos da boer e da vida estudantil: aos 17 anos, Juca (ao centro) frequentava Faculdade de Direito de São Paulo. Na fot aparece com os ami J. Monteiro da Luz (direita) e Paulino Ru Chaves (à esquerda)

Na foto ao lado, Rio Branco preside uma sessão do IHGB. Colecionador de mapas, documentos autor de biografias heróis nacionais, ai muito jovem torno membro da institui

Marie Philomène Stevens, em fotografia de 1871: contrariando a vontade do pai a e a desaprovação do imperador, Juca se casou com a atriz belga e com ela teve cinco filhos

também cultivava o hábito de colecionar documentos e mapas e, ainda jovem, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em uma época em que a maioria dos jovens letrados escrevia versos românticos, Juca escrevia biografias de heróis nacionais, como a de José de Abreu, barão do Serro Largo, obra que possibilitou seu ingresso no IHGB.

Se, publicamente, mantinha relações condizentes com o círculo paterno, suas aventuras amorosas o afastaram da vida da Corte. À medida que ia ficando conhecido por seus escritos em *A Nação*, Juca Paranhos também começava a adquirir fama de boêmio, devido às suas noitadas no Alcazar, uma casa de espetáculos freqüentada pela juventude. Era também figura assídua nos bailes do Cassino Fluminense, assim como nas diversas confeitarias e restaurantes por onde circulavam os membros da elite do Rio de Janeiro.

Foi no Alcazar que Juca conheceu a atriz belga Marie Philomène Stevens (1850-1898). O caso do filho do senador Paranhos com a artista se tornou notório na Corte. Marie foi convencida a voltar para a Europa pelo visconde do Rio Branco, que desejava que o filho fizesse bom casamento, com alguma moça de família ilustre. Mas em 1873 nasceria Raul, e o casal passaria a viver junto em pequena casa na praia do Cajueiro, no Rio de Janeiro. No ano seguinte nasceria mais uma filha, Clotilde. É nesse contexto que Juca Paranhos passa a pleitear a vaga de cônsul em Liverpool, em meio a restrições do monarca, que não aprovava sua vida doméstica. Sua indicação sai em maio de 1876, após uma quase dissolução do gabinete. Assume, no ano seguinte, o consulado na cidade inglesa, mas instala a família em Paris, onde passará a maior parte de seu tempo, freqüentando livrarias e bibliotecas, em pesquisas históricas e geográficas que o interessaram desde os tempos de escola e faculdade.

Paranhos Júnior foi cônsul em Liverpool por mais de vinte anos. Em Paris, nasceram Hortênsia (1875), Paulo (1876) e Amélia (1878). Quando o visconde visitou o filho na capital francesa, em 1879, um ano antes de sua morte, não consta que tenha visto os netos. De fato, Paranhos Júnior viveu grande parte de sua vida como se fosse um solteirão. Mantinha a família, mas não "recebia" em casa. Se freqüentava os círculos aristocráticos europeus, como a casa do barão de Penedo, ministro brasileiro na capital do Império do Britânico, sua presença na alta sociedade foi por muito tempo solitária. Chegou a se identificar, em correspondência com amigos, como um *vieux garçon*, espécie de solteirão.

Se, privadamente, Paranhos era um pai de família, esta não fazia parte de seu círculo social. Só se casou com Marie em 1888, quatro meses após ter recebido o título de barão. Com a Proclamação da República, viu ameaçada sua situação no consulado. Amigo íntimo de Rodolfo Dantas (1854-1901) e de Joaquim Nabuco (1849-1910), o barão é identificado como monarquista e possivelmente perigoso à nova ordem. Se não chegou a participar publicamente de nenhuma campanha de restauração da monarquia, colaborou anonimamente com Eduardo Prado (1860-1901) nos *Fastos da ditadura militar*, em 1890, criticando o novo governo republicano. A partir de 1891, passaria a escrever para o *Jornal do Brasil*, onde publicou suas *Efemérides* e as *Cartas de França*, sempre usando pseudônimos e dando alfinetadas na jovem República. No *Jornal do Brasil*, chegou a escrever, sob o pseudônimo de Ferdinand Hex, uma das descrições mais completas a que se teve acesso na imprensa brasileira da morte e dos serviços funerários de d. Pedro II (1825-1891).

Aquele que havia sido criado em meio às grandes figuras do Império e que se estabelecera profissionalmente graças ao bom nome e empenho do pai, permanecia um funcionário do Estado, assim como seu pai nunca deixara de ser. Seria nesse Estado, republicano, que surgiriam as oportunidades por meio das quais o barão se tornaria uma grande figura nacional. Esta figura,

Na charge "Assiduo", de Bambino, uma ironia ao fato de o barão não "receber" em casa: "– Seu compadre, você está ficando com uma barriguinha... Bem se vê que não tens faltado aos banquetes!... – Por falar nisso, quando serão os do Rio Branco?..."

surgida na República, fazia questão de identificar-se com o regime monárquico, através da utilização de seu título, do apelo à memória do pai e da amizade com defensores saudosos do antigo regime.

É na década de 1890 que Rio Branco se estabelece como um grande herói nacional. Em 1892, é nomeado para representar o Brasil na questão de limites envolvendo o território de Palmas. A decisão favorável do árbitro, o presidente Cleveland, dos EUA, em 1894, faz com que seja aclamado pelos brasileiros. Com a posterior vitória na arbitragem em relação à Guiana Francesa, em 1901, sua fama se estabelece definitivamente. No ano seguinte, volta ao Brasil para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores. Seria uma figura central da cena política brasileira durante os dez anos de vida que ainda lhe restavam.

Casado com uma atriz belga contra a vontade do pai, Paranhos Jr. passou a ter uma vida familiar oculta, afastada do seu círculo social

Todos os irmãos haviam morrido e José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco (o título fora incorporado ao nome) era agora o único sobrevivente dos herdeiros do visconde. A esposa morrera na França, os filhos se casaram e o barão, novamente um *vieux garçon*, passou a habitar aquela que seria, definitivamente, a "Casa de Rio Branco". Se, por um lado, dava grande importância à pompa e ao brilho das recepções no Itamaraty, por outro seu escritório e quarto de dormir eram um verdadeiro caos. Passava muitas vezes noites em claro em sua sala no Itamaraty, que chegou a ter 11 mesas, todas elas cheias de papéis, que ninguém tinha permissão para arrumar.

Enquanto levava uma vida "doméstica" absolutamente solitária, Rio Branco se cercava de "jovens talentos" e de literatos de renome, como Olavo Bilac (1865-1918), Euclides da Cunha (1866-1909) e o barão Homem de Melo (1837-1918). Mas não se preocupava somente com o intelecto dos funcionários do Itamaraty; era-lhe também importante ter diplomatas que fossem versados em um *ethos* aristocrático condizente com as mais altas rodas da diplomacia internacional e que tivessem um porte eugênico. Deviam falar francês e inglês, conhecer as regras de etiqueta próprias da vida de salão e ter aparência européia, o que significava não apresentar traços de ascendência negra, principalmente. Ocupava-se de tudo no Itamaraty, da fachada do prédio à qualidade das esposas dos diplomatas. Foi no palácio, com seus perigosos hábitos sedentários, alimentação pouco saudável e tabagismo inveterado, que começou a dar sinais de que pouco viveria. Tinha problemas respiratórios e de circulação, que se agravaram ao longo dos anos. Os conselhos dos médicos entravam por um ouvido e saíam por outro. No dia 10 de fevereiro de 1912, deu seu derradeiro suspiro. Faleceu em sua cama de solteiro, ao lado das mesas cobertas de papéis, no Palácio Itamaraty, que doravante seria sempre relacionado à sua figura. ■

CRISTINA PATRIOTA DE MOURA *é professora na Universidade Estadual de Goiás, doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ e autora de* Rio Branco: a Monarquia e a República. *Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.*

Gabinete de trabalho e quarto de dormir de Rio Branco, no Itamaraty, com suas mesas apinhadas de livros e papéis. A fotografia foi tirada por Augusto Malta no dia seguinte à morte do chanceler. No alto, ao fundo, o brasão de armas do barão

Rubens Ricupero

As lições do barão

Apesar das mudanças ocorridas no mundo, o pensamento de Rio Branco continua vivo e ainda pode ajudar o Brasil a obter posições vantajosas no quadro político internacional

Plenário da ONU em votação para intervenção na Somália, dezembro de 1992: se fosse vivo, é provável que Rio Branco se empenhasse a fundo para garantir ao Brasil uma vaga permanente no Conselho de Segurança da entidade

Temos algo a aprender de alguém nascido na primeira metade do século XIX e falecido antes que as duas guerras mundiais, a Guerra Fria e hoje a hegemonia dos EUA tivessem transformado radicalmente as relações internacionais? Se o mundo de Rio Branco não podia ser mais diferente do nosso, o personagem dá também a impressão de estar a anos-luz de nós. Monarquista, acreditava que o Brasil precisava, principalmente, "fortalecer (...) os elementos conservadores, pôr termo às agitações e à anarquia". O que poderia ensinar-nos um homem com tais idéias?

Ele nos ensinaria, em primeiro lugar, que política exterior se faz com senso da realidade internacional, não com ideologia ou visão que toma nosso desejo pela realidade. Mesmo no apogeu do poderio europeu, não hesitou em deslocar de Londres para Washington o eixo da diplomacia brasileira. Em 1905, transformou a representação nos EUA em embaixada, a primeira do Brasil em todo o mundo e para lá enviou Joaquim Nabuco (1849-1910), a maior expressão política e cultural do serviço exterior. Na época, eram raras as embaixadas, existindo apenas sete na capital americana (as seis grandes potências européias e o México) e nenhuma no Rio de Janeiro. A criação da embaixada e a nomeação de Nabuco eram, portanto, gestos que simbolizavam mudança profunda na política externa.

O barão foi dos primeiros a perceber o sinal anunciador da emergência dos EUA como potência global de primeira grandeza: a mediação do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919), em 1905, para pôr fim à guerra russo-japonesa (1904-1905).

A motivação de Rio Branco era, sobretudo, defensiva e preventiva. Para ele, as ameaças potenciais provinham dos europeus com os quais tínhamos fronteira nas Guianas, num período em que o imperialismo da Europa se mostrava de particular agressividade em toda a África, na Ásia, na Guerra dos Boers – conflito entre colonos de origem holandesa e ingleses na África do Sul. Não se tratava de fantasia. Em 1895, a Grã-Bretanha tinha ocupado a ilha da Trindade e a arbitragem com a Guiana Inglesa lhe dera uma cabeça de ponte na Amazônia. Com a França houve choques armados nos garimpos do Amapá, e em 1905 o comandante da canhoneira *Panther* quase provoca um conflito armado entre a Alemanha e o Brasil, ao prender um desertor e violar nossa soberania em Santa Catarina.

A fonte do perigo, de acordo com Nabuco, era um sistema internacional condicionado pela luta de poder entre os europeus. A única forma de neutralizar a cobiça imperialista européia sobre os territórios despovoados da América do Sul seria criar um outro sistema, o das Américas, sob a proteção da Doutrina Monroe (ver artigo na página 28) e do poderio norte-americano. Essa "zona neutra de paz e cooperação" atuaria como um segundo pólo ou centro de poder, que equilibraria o monopolizado pela Europa, chamado de "Continente Beligerante".

Vivo hoje, o barão optaria não por confrontar o poder dos EUA, mas por canalizar a preocupação com segurança para a esfera das Nações Unidas

A denominação não era exagerada, pois, dez anos depois, a Grande Guerra (1914-1918), provocada pelas rivalidades do sistema europeu, acabou por destruí-lo. O desafio de hoje é como atualizar a lição do barão, consistente na busca da segurança por meio de um sistema de equilíbrio em bases renovadas. Se vivo fosse, ele não se iludiria quanto à possibilidade de fazer isso pelo método tradicional: frear o poder americano mediante o reforço de outros poderes equivalentes, o da União Européia, da China, de alianças de potências emergentes.

O realista Rio Branco constataria que, a curto prazo, não existe possibilidade tecnológica e econômica de qualquer potência chegar à paridade estratégica com os EUA, nem de alianças entre parceiros incompatíveis. A prioridade que deu aos EUA foi determinada não por uma abstração, mas por uma realidade concreta, conforme escreveu: "A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem contar...". O que faria ele então? É provável que se inspirasse no que havia feito em seu tempo. Reinterpretando o que não passava de postura unilateral dos EUA, acionada de acordo com seus interesses – a Doutrina Monroe –, Paranhos e Nabuco esforçaram-se em dar-lhe caráter multilateral, em que os latino-ameri-

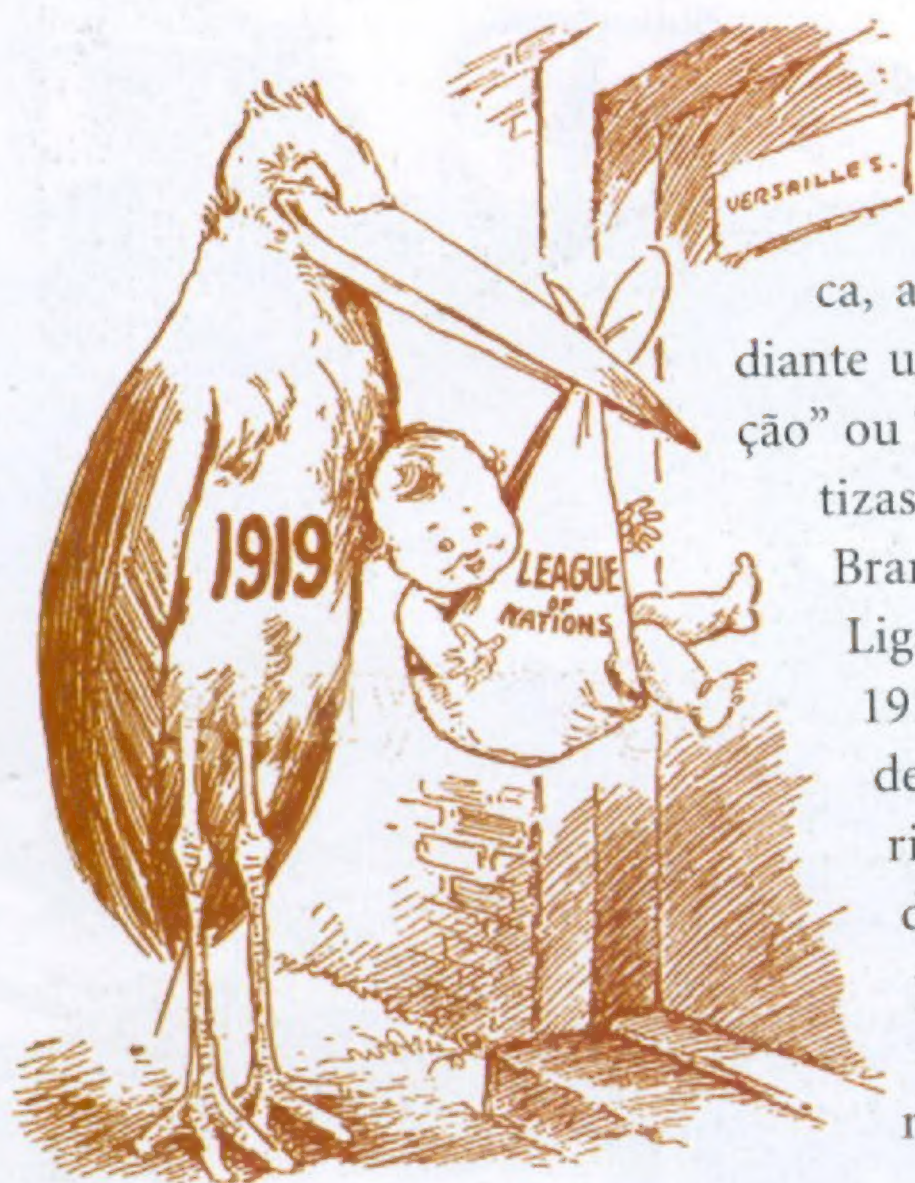
Carregamento de café embarcado no porto de Santos, por volta de 1900: no início do século XX os EUA eram os principais compradores do produto brasileiro, um dos motivos para o fortalecimento das relações diplomáticas com a grande potência

REVISTA *KOSMOS*, RIO DE JANEIRO, AGO. / 1906. MHN

No Palácio Monroe, Rio Branco discursa na abertura da 3ª Conferência Pan-Americana. Na página seguinte, selos comemorativos do evento com desenhos de Henrique Bernardelli (à esquerda) e Rodolpho Amoêdo (à direita). Abaixo: "Nascimento da esperança", charge de Morris, representando a criação da Liga das Nações

Próxima página: cobertura da chegada de Elihu Root ao Rio de Janeiro, em 1906. Cultivando a paz com os países vizinhos, Rio Branco esforçou-se para que o secretário de Estado norte-americano também visitasse Buenos Aires, Santiago e Montevidéu

canos teriam parte nas decisões. O futuro desdobramento dessa concepção foi o sistema de segurança coletiva do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em Petrópolis em 1947.

Da mesma forma, o barão não optaria por confrontar os americanos, mas trabalharia para que suas preocupações unilaterais de segurança – o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição de massa – fossem canalizadas de maneira multilateral e "domesticadas" dentro do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas. Para isso, seria preciso que os Estados Unidos acolhessem igualmente as preocupações de segurança dos demais – o desenvolvimento, a luta contra a AIDS, equilíbrio no comércio, o esforço para evitar uma catástrofe climática, a paz no Oriente Médio – mediante uma espécie de "Grande Transação" ou "*Grand Bargain*", que se concretizasse na reforma da ONU. Rio Branco não chegou a conhecer a Liga das Nações, criada em abril de 1919, mas a julgar pelo apoio que deu ao nascente Bureau Pan-Americano, na 3ª Conferência do Rio de Janeiro, em 1906, ele seria capaz de perceber o avanço histórico que representava uma organização de todos os países.

Sua rejeição do confronto com os EUA era clara: "Não há de ser com uma política de alfinetadas, tornando-nos desagradáveis aos Estados Unidos (...) que poderemos inutilizar em Washington os esforços dos nossos contendores". Jamais sucumbiria à insensatez de querer fazer a América Latina escolher entre o Brasil e os norte-americanos. Tampouco lhe pareceria sensato escolher entre a América Latina e os EUA. O comércio entre os dois países, na sua época, ultrapassava o total do intercâmbio americano com os demais países da América do Sul juntos. Em 1905, por exemplo, o comércio dos Estados Unidos com o Brasil foi de US$ 2,15 bilhões, enquanto não superou US$ 329 milhões com a Argentina e US$ 237 milhões com o Chile (US$ 1 em 1905 = US$ 21,5 hoje).

Nesse período, os EUA importavam cerca da metade das nossas vendas de café (6,1 milhões de sacas), ao passo que a Argentina não nos comprava mais do que 120 mil. Interessado num entendimento mais estreito com a América Latina, o barão percebia que "um acordo geral de todas as nações americanas é mais impossível ainda que entre as européias", sendo apenas viável se reunisse as de maior peso. Empenhou-se assim em dar realidade a essa aspiração com a proposta, em 1909, do Tratado A.B.C., entre Argentina, Brasil e Chile, que não prosperou porque os argentinos não queriam marginalizar o Peru e temiam a reação negativa americana. A idéia revelou-se prematura, mas tem constituído uma das inspirações, a partir de 1985, da aproximação brasileiro-argentina, que possi-

bilitou a desmontagem dos programas atômicos militares dos dois países e terminou por frutificar no Mercosul. Não obstante, as dificuldades persistentes, seja no plano comercial, seja no político – tais como as suscetibilidades diante da candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU –, dão razão às dúvidas de Paranhos sobre a possibilidade de superar, em futuro previsível, as antipatias e desconfianças do passado.

Rio Branco não chegou a conhecer a Liga das Nações, mas perceberia o avanço histórico que representa uma organização reunindo todos os países

Quanto ao Conselho, é provável que o barão, como no caso da Conferência de Paz de Haia (1907), se empenhasse a fundo para obter um posto permanente, reconhecimento de que o Brasil havia entrado naquela "esfera das grandes amizades internacionais", a que asseverou, "tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população". É duvidoso que partilhasse, nesse ponto, a posição menos voluntarista de Nabuco, que anotava em seu diário: "Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo".

Era, apesar disso, sensível aos perigos da diplomacia com excesso de protagonismo e triunfalismo. Evitou festejar a vitória sobre a Argentina na arbitragem de Palmas, ensinando que "há vitórias que não se devem comemorar" e que "a inveja é o preço da glória". Quando o secretário de Estado norte-americano Elihu Root (1845-1937) veio ao Brasil para a Conferência Interamericana, esforçou-se para que ele fosse também a Buenos Aires, Santiago e Montevidéu, deixando lição valiosa para nossos tempos de exagerado personalismo na diplomacia.

Quando terminou de "construir o mapa do Brasil" por meio da solução dos problemas de fronteiras, legou-nos outro ensinamento, o de que passara a ser "indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina (...) cheguem (...) a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo". Inaugurava a futura "diplomacia do desenvolvimento" e o fazia com intenção não exclusivista, pois dizia que o Brasil só ambicionava "ser forte entre vizinhos grandes e fortes".

Rio Branco foi essencialmente um estadista moderado, realista e pragmático. Teve apenas uma ideologia, a da confiança irrestrita no direito, como a maioria dos políticos do Império. Em *Ordem e progresso* (1959), o sociólogo Gilberto Freyre observa que, sob sua direção, o Itamaraty se transformou em sistema de "organização e definição de valores superiormente nacionais". Nessa herança de valores, destacam-se a cultura da paz, concretizada em 135 anos de paz ininterrupta com nossos vizinhos, a fidelidade ao Direito Internacional, a não-intervenção, o equilíbrio e senso de moderação, a recusa das hegemonias. Tudo isso está contido em texto que resume, melhor do que qualquer outro, a essência da sua lição para o presente: "... – se pensarem alguns desses países latino-americanos em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência – estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e, como hoje pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir".

RUBENS RICUPERO *é diplomata, economista, ex-ministro da Fazenda e autor de* Barão do Rio Branco – uma biografia fotográfica. *Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.*

Para saber mais

BURNS, E. Bradford. *A aliança não-escrita: o barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

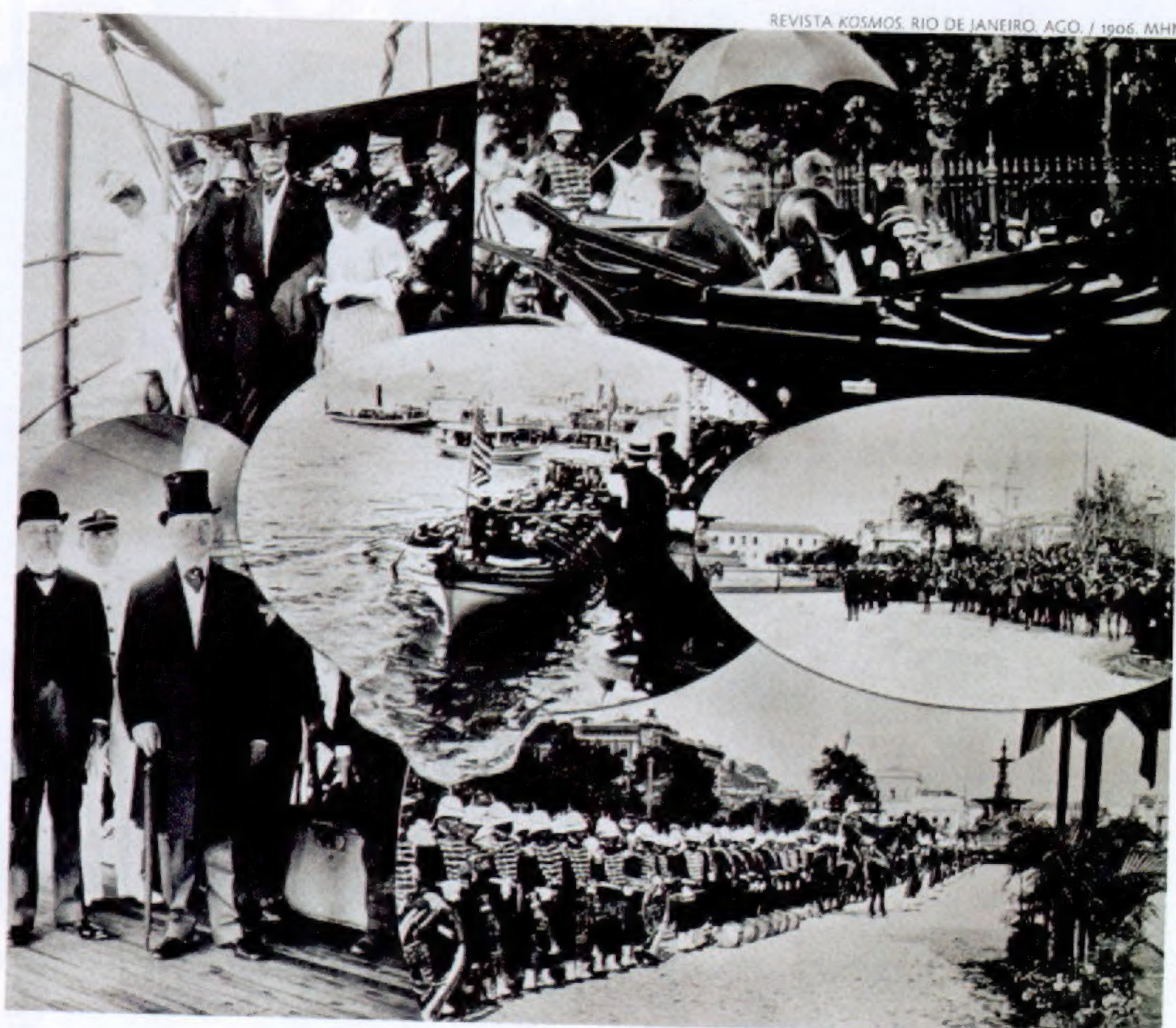
LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco – O Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIANNA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

REVISTA KOSMOS. RIO DE JANEIRO. AGO. / 1906. MHN

REVISTA KOSMOS. RIO DE JANEIRO. AGO. / 1906. MHN

HULTON ARCHIVE / GETTY IMAGES

carta do editor

FOM IMAGENS

Como se formou o mapa do Brasil? Quantos tratados, guerras e invasões foram necessários para que este país assumisse suas dimensões continentais? Nesse dossiê organizado com a preciosa assessoria do professor de Relações Internacionais Francisco Doratioto, alguns dos maiores especialistas do país explicam, passo a passo, como o Brasil conquistou suas fronteiras atuais.

Em seu artigo, o geógrafo Demétrio Magnoli desfaz a idéia de que o mapa do país foi montado a partir de fronteiras naturais. E não só isso. Também estaria errado falar em Brasil Colônia, quando o que havia era uma América Portuguesa fragmentada. Os números não mentem: dos 15,7 mil quilômetros de seção terrestre de fronteiras brasileiras, apenas 17% foram delimitados no período colonial. Só o barão do Rio Branco foi responsável por quase o dobro. Entre suas vitórias, está a anexação do Acre, quando as terras bolivianas eram cobiçadas por seus seringais.

Os estratagemas do barão despertaram o temor de que o país tivesse pretensões expansionistas, dando origem a uma corrida armamentista com a Argentina. Por sua vez, Rio Branco temia que as grandes potências da Europa, depois de colonizar a África, voltassem os olhos para a América do Sul, e tratou de delimitar logo as fronteiras da Amazônia brasileira com as possessões holandesas, francesas e inglesas. Tudo isso sem perder de vista a crescente influência de seu aliado, os Estados Unidos, no mapa geopolítico mundial. Como se vê, não foram poucas as lições que deixou para a diplomacia brasileira, como analisa o ex-ministro Rubens Ricúpero.

Mas esse aristocrata de fino trato tinha um lado que fazia questão de esconder. Juca Paranhos, como era chamado na intimidade, engravidou e se casou com uma atriz belga, para desespero do pai, o poderoso visconde de Rio Branco.

Outros temas merecem destaque nesta edição: o artigo de Valéria Piccoli mostrando que os artistas viajantes apropriavam-se despudoradamente de imagens uns dos outros. Também o artigo de Marly Vianna desfaz alguns mitos da história. Segundo ela, a Intentona Comunista sequer mereceria este nome. O levante militar foi usado por Getúlio Vargas para unir o país sob a paranóia do perigo vermelho. Distorcer a história de acordo com seus interesses era uma das especialidades do caudilho. Foi durante seu governo que o samba, até então um ritmo marginalizado, consagrou-se como a música popular brasileira por excelência, lembra Hermano Vianna em sua entrevista.

Nesta edição, *Nossa História* lança uma nova seção. Deodoro da Fonseca inaugura a série de perfis dos presidentes da Primeira República.

Cristiane Costa

Nossa História

www.nossahistoria.net

Para falar com *Nossa História*

Assinaturas
Telefone: (11) 6846-4660
ou no *site* www.nossahistoria.net

Números atrasados
Telefone: (11) 4161-2481
atendimento@somey.com.br

Correspondência
cartas@nossahistoria.net

Contatos e sugestões
artigos@nossahistoria.net
acontece@nossahistoria.net
almanaque@nossahistoria.net

Neste Número

Adriana Romeiro Professora de História na Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em História Social na UNICAMP, é autora, em parceria com Angela Vianna Botelho, do *Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial*. Atualmente conclui sua pesquisa de pós-doutorado sobre a Guerra dos Emboabas, tema de seu artigo. Em primeira mão para os leitores de *Nossa História*, exibe o violento conflito entre paulistas e forasteiros, em 1708, pelo ouro das terras de um sertão que depois se chamaria Minas Gerais.

Rosendo M. Fraga Historiador e jornalista, é membro da Academia Argentina de História, do Instituto de História Militar, diretor do Centro de Estudos para a Nova Maioria, autor de livros sobre temas históricos e militares, condecorado no Brasil (Ordem do Rio Branco e Cruzeiro do Sul), no Chile e na Argentina pelo seu trabalho. Em artigo para *Nossa História*, o estudioso argentino detalha os bastidores da política e a visão antagônica de dois líderes argentinos – Estanislao Zeballos e general Julio Roca – em relação ao barão do Rio Branco.

Francisco Doratioto Historiador e professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, é autor do livro *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* e de diversos trabalhos sobre política internacional. Neste número de *Nossa História*, ele traça a rica trajetória que uniu para sempre a figura de um barão do início do século XX, José Maria da Silva Paranhos Júnior, à política externa do Brasil.

Imagem da capa Carlos de Serv. *Barão do Rio Branco*. 1910. Acervo Clube Militar, Rio de Janeiro